

CSGL II S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	10
Demonstração dos resultados	11
Demonstração dos resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Informações gerais

1.1. Companhia

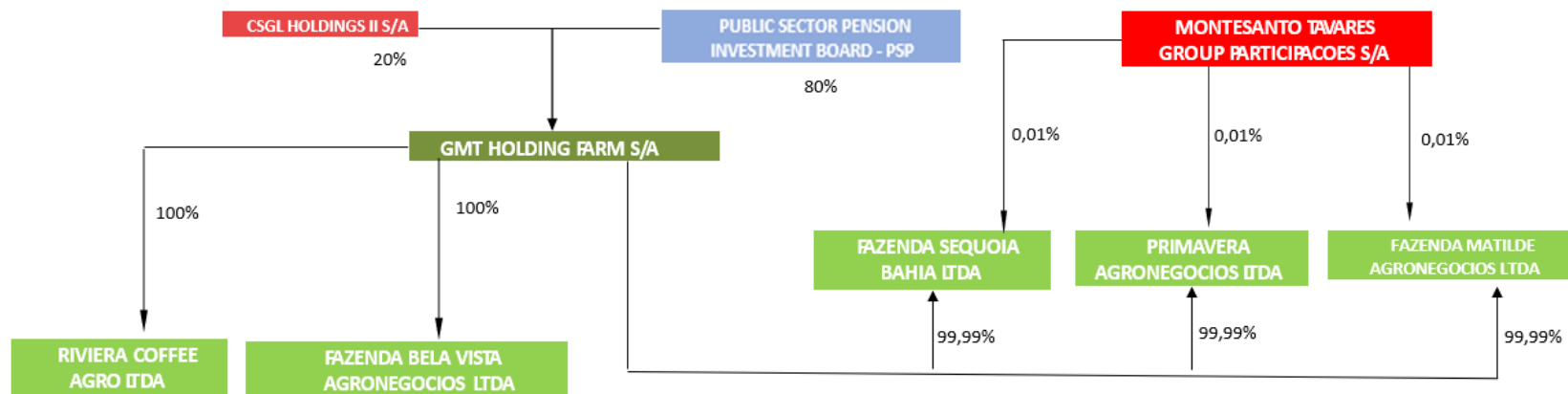
A CSGL II S.A (CSGL ou Companhia), Companhia anônima de capital fechado, foi constituída em 10 de maio de 2021 e tem como objeto social a participação em Companhias constituídas sob qualquer forma societária, independentemente do ramo de atividade, em âmbito nacional ou internacional, seja na qualidade de controladora ou não.

Com sede à Avenida Raja Gabágliã , 959, 6º. Andar, Cidade Jardim em Belo Horizonte – Mg.

1.2. Controladas

- GMT Holding Farm S.A. com 20,00% de participação acionária;

Em 31 de dezembro de 2022 temos a seguinte estrutura societária:



CSGL HOLDINGS II S.A.

CNPJ: 42.166.130/0001-49

Balancos Patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	NE	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas	6	1.975	-
Tributos a recuperar	7	348	-
Total do ativo circulante		2.323	-
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		13.544	-
		13.544	-
Investimento em coligada e controlada em conjunto	8	63.462	-
Intangível		-	-
Total do ativo não circulante		77.006	-
Total do ativo		79.329	-
Passivo		44.926	-
Circulante			
Outras obrigações		-	-
Total do passivo circulante		-	-
Não circulante			
Outras obrigações		-	-
Total do passivo não circulante		-	-
Patrimônio Líquido			
Capital social	9	69.314	-
Capital social subscrito		-	500
(-) Capital social a integralizar		-	500
Resultado do Exercício		10.015	-
		79.329	-
Participação dos não controladores		-	-
Total do patrimônio líquido		79.329	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		79.329	-
		-	-

CSSL HOLDINGS II S.A.

CNPJ: 42.166.130/0001-49

Demonstração do resultado

Em milhares de reais

	NE	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida		-	-
Custo dos produtos vendidos		-	-
Lucro (prejuízo) bruto		-	-
Despesas gerias e administrativas	10	(854)	-
Lucro (Prejuízo) operacional		(854)	-
Despesa financeira	11	(1.256)	-
Receita financeira	11	1.526	-
Resultado financeiro		270	-
Participação nos lucros (prejuízos) de controladas e coligadas	8	(2.945)	-
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e contribuição social		(3.529)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	13.544	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		10.015	-

CSGL HOLDINGS II S.A.

CNPJ: 42.166.130/0001-49

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**Exercícios findos em 31 de dezembro**

Atribuível aos quotistas

Em milhares de reais	Capital social	AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-
Capital Subscrito	500				500	500
Capital a Integralizar	(500)				(500)	(500)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-			-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício						
Lucro (Prejuízo) do exercício				10.015	10.015	10.015
Variação cambial de controlada localizada no exterior					-	-
Total do resultado abrangente do exercício					-	-
Capital Subscrito	-				-	-
Capital Integralizado	69.314				69.314	69.314
Adiantamento para futuro aumento de capital		-			-	-
Ajuste de Exercício anteriores					-	-
Distribuição de lucros					-	-
Ganho (perda) em transações com não controladores					-	-
Em 30 de dezembro de 2022	69.314	-	-	10.015	79.329	79.329

CSGL HOLDINGS II S.A.

CNPJ: 42.166.130/0001-49

**Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.015	-
Ajustes de:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(63.462)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(13.544)	-
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(348)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	<u>(67.339)</u>	<u>-</u>
Juros pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(67.339)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	69.314	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>69.314</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) do caixa e equivalente de caixa	1.975	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>1.975</u>	<u>-</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando informado de outra forma)

1 Contexto Operacional

1.1 Companhia

A CSGL II S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) trata-se de uma Companhia anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

1.2 Controladas

GMT Holding Farm S.A. (“GMT”) – trata-se de uma Companhia anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

1.3 Plano operacional

Para o exercício de 2022, a Companhia reconheceu lucros consolidados de R\$ 10.014 (R\$ 0 em 2021) e fluxos de caixa negativo oriundos das operações de R\$ 67.399 (sem fluxo de caixa operacional em 2022).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o custo atribuído para itens do ativo imobilizado na data de transição para o CPC, propriedade para investimentos e ativos biológicos mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) *Demonstrações financeiras individuais*

As demonstrações financeiras individuais das Controladas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2.2 *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 *Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor*

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e o CPC emitiram novas revisões às normas já existentes. A seguir, a revisão em vigor aplicável ao Grupo e que não produziu impacto significativo nestas demonstrações financeiras.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). Data efetiva 1º de janeiro de 2023.
- CPC 50 Contratos de seguro, e alterações ao CPC 50 Contratos de seguro. Data efetiva 1º de janeiro de 2023.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). Data efetiva 1º de janeiro de 2023.
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23). Data efetiva 1º de janeiro de 2023.
- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (Alterações ao CPC 26 e CPC 23). Data efetiva 1º de janeiro de 2024.

2.4 Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Investimento em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle

conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As operações de reestruturação societária ocorridas em 2022 estão descritas acima a nota explicativa 1.3

(d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável

2.6 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No encerramento do exercício, o grupo não possuía montantes materiais em contratos cujo grupo é arrendatário. Como arrendador o grupo possui aluguéis de terras que estão divulgadas nestas demonstrações financeiras como “propriedade para investimento”.

Quando requerido, o Grupo avalia arrendamentos seguindo a seguinte política.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao

custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

2.7 Mensuração do Valor Justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou preços de mercado, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** – estoques – café em formação e produto agrícola;
- **Nota explicativa 12** - ativos biológicos;
- **Nota explicativa 15** - propriedade para investimento; e
- **Notas explicativas 4 e 5** – Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em conta movimento, saldos de caixa disponíveis em contas correntes e aplicações em renda fixa.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede ao valor de mercado.

2.9 Ativos financeiros

2.9.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que o Grupo decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e o grupo considera essa classificação como sendo mais relevante.
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros, mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.10.2 Reconhecimento e mensuração

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data a negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) *Mensuração*

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

2.10.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia

de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

O Grupo avaliava na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros estava deteriorado e as perdas por *impairment* eram incorridas somente se houvesse evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tivesse um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pudesse ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo seria reduzido e o valor do prejuízo seria reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tivesse uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* seria a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo poderia mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuísse e a diminuição pudesse ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente era reconhecida na demonstração do resultado.

2.11 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda esperada. Na prática, o valor justo das contas a receber não diverge do valor das faturas, considerando os prazos de recebimento negociados pelo Grupo.

2.12 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição/produção ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O produto agrícola (café cru e em formação) é mensurado ao custo de produção a partir do ano de 2021, não sendo mensurados a valor justo, visto que conforme Laudo Técnico Agrônômico, o café nas fazendas do Grupo GMT Farms está em seu período de florada, chumbinho e expansão dos frutos. Sendo assim, as previsões para a produção que se estabelecem ainda na fase intermediária de formação dos grãos, podem sofrer alterações futuras como períodos de seca ou mesmo queda de frutos por outros motivos. A Administração diante das considerações acima ainda não possui condições para a mensuração da estimativa de forma confiável acerca do volume e qualidade do café, o que dificulta e inviabiliza as projeções relacionadas ao valor justo. Logo o mais apropriado é a divulgação do saldo a custo histórico conforme parágrafo 30 do CPC 29 – Ativo Biológico.

2.13 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído na data de transição para CPC.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens além dos custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais considerando as taxas de depreciação, como segue:

	Anos
Edificações	3 a 50
Máquinas	3 a 40
Veículos	5 a 10
Culturas	20
Móveis, utensílios e equipamentos	2 a 50
Plantas portadores	2-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

2.14 Propriedade para Investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Para fins de divulgação, a Companhia calcula o valor justo de duas propriedades para investimento.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.15 Intangível

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco a dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.16 Ativo biológico

Os ativos biológicos quando aplicável são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte.

A avaliação dos ativos biológicos (Eucalipto e Mogno) é realizada anualmente pelo Grupo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica no resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do exercício e no final do exercício, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento dos ativos biológicos e a exaustão do período.

O cafeeiro, por atender a condição de planta portadora, sai do escopo do CPC 29 – Ativo Biológico e se enquadra no CPC 27 – Ativo Imobilizado, onde não há necessidade de avaliação a valor justo.

2.17 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.18 Fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo de contas a pagar a fornecedores não diverge dos valores das faturas, considerando os prazos de pagamento das compras.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem perdas operacionais.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.22 Capital social

As ações de participação do capital social são classificadas no patrimônio líquido.

2.23 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo conforme deliberação da reunião dos sócios acionistas.

A participação dos acionistas nos resultados apurados em balanço será proporcional a participação no capital social de cada um.

2.24 Reconhecimento da receita

Vendas de mercadorias

A receita é reconhecida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita é reconhecida quando: (i) as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a ser transferidos; (iii) a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a ser transferidos; (iv) o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); (v) for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente; (vi) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável; (vii) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (viii) o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda no Brasil, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.

(b) Valor justo de ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

O valor justo das commodities (“produtos agrícola”) é determinado mediante a valorização da quantidade física dos produtos agrícolas de propriedade da companhia, observando as características desse produto (“qualidade”), líquido de gastos da respectiva venda.

O Grupo adotou estimativas para avaliar suas reservas florestais de mogno e eucalipto de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas por mudanças de cenário que poderão impactar as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(c) Vida útil do ativo imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, durante suas vidas úteis. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

4 Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco associado a taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de risco

A gestão de riscos do Grupo é realizado pela Administração segundo uma política corporativa de gerenciamento de riscos, cabendo à Administração decidir sobre os temas.

O programa de gestão de risco do Grupo busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho do Grupo decorrente da volatilidade dos mercados. O Grupo utiliza instrumentos financeiros de derivativos para se proteger de certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pelo departamento de Gestão de risco, segundo as políticas e matrizes de alçadas aprovadas pela Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger o Grupo contra eventuais riscos de mercado em cooperação com os demais departamentos, entre elas, financeiro, traders, unidades operacionais, entre outras. A Administração estabelece normas e políticas, para a gestão de risco global, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, através do uso de instrumentos financeiros de derivativos e não derivativos e investimento de caixa.

(a) *Risco de mercado*

O Grupo está exposto a alguns riscos de mercado decorrentes de suas operações. Tais riscos envolvem principalmente o fato de que eventuais variações nos preços do café ou juros que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e lucros do Grupo.

Taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos do Grupo são à taxas fixas o que não expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Durante 2022 e 2021, os empréstimos e financiamentos do Grupo eram mantidos em reais e taxas de juros fixas.

O Grupo possui exposição à taxas de CDI e IPCA em aplicações e obrigações relativas às aquisições de fazendas, conforme demonstrado abaixo.

CSGL II S.A.
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021*

Ativos (Passivos)	Controladora	
	2022	2021
Aplicações Financeiras (100% da variação do CDI)	1.975	-
Exposição líquida à taxas de juros	1.975	-

Com a finalidade atender aos critérios de divulgação requerido no CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, a Companhia elaborou a análise de sensibilidade dos indexadores ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, estimando 3 cenários distintos. Definimos o cenário base a cotação do CDI na data base das demonstrações financeiras (Cenário I). A partir do Cenário I, simulamos valorização da moeda estrangeira de 10% para o Cenário II (Possível) e 20% para o Cenário III (Remoto).

Controladora

Indexadores

(CDI em 31/12/2022 = 12,39%)
(IPCA em 31/12/2022 = 5,79%)

	Cenário I (31/12/22)	Cenário II (+10%)	Cenário III (+20%)
Exposição total	1.975	2.173	2.371
Aumento do CDI	12,39%	13,63%	14,87%
Aumento do IPCA	5,79%	6,37%	6,95%
Ganho/ (Perda) no resultado	-	198	198

Variação cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, o Grupo busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2021 não há exposição significativa às transações denominadas em outras moedas que não a moeda funcional da Companhia, o Real.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A política de vendas do Grupo se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é obtido por meio de uma análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial e por meio da diversificação de suas contas a receber (pulverização do risco). O grupo conta ainda com provisão para devedores duvidosos. No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, o Grupo tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

	Controladora	
	2022	2021
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixas	1.975	-
Exposição líquida à risco de crédito	1.975	-

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que o Grupo tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais.

4.2 Outros fatores de risco não financeiros

(a) *Riscos regulatórios e ambientais*

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes as atividades que opera. O Grupo estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

(b) *Riscos climáticos*

As atividades operacionais do Grupo estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. O Grupo possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares na área de plantio. Os investimentos na área de produção estão em diversas regiões, pulverizando assim o risco hídrico.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores justos estão próximos aos valores contábeis conforme abaixo. Acerca da evidenciação do valor justo esta é classificada em três níveis, sendo o Nível 1 quando um ativo possui mercado ativo ou um passivo idêntico; no Nível 2 a mensuração do ativo é dada pela utilização de uma técnica de valor presente; e no Nível 3, estão os ativos que possuem a menor prioridade em relação a dados não observáveis.

		Controladora			
		Contábil		Valor Justo	
	Nível	2022	2021	2022	2021
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixas		1.975	-	1.975	-

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	2022	2021
Aplicações Financeiras	1.975	-
	1.975	347

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos produtos: Compromissada (Venda de títulos com o compromisso da Instituição bancária de recomprar e do cliente de revender), Certificados de Depósito Bancário (CDB), fundos e aplicações automáticas de saldo de conta corrente; remunerados a taxas que são de 70% do CDI na compromissada e variam de 100% a 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em moeda nacional. As aplicações são consideradas como grau de baixo risco com liquidez diária.

7 Tributos a recuperar

	Controladora	
	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	338	-
	338	-

8 Investimentos

(a) Composição

	Controladora	
	2022	2021
Em controladas	63.462	-
	63.462	-

(b) Informações sobre os investimentos em controladas e controladas em conjunto

Nome	Localização	2022						
		Participação acionária	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (prejuízo)
GMT Holding Farm S.A	Brasil	20,00 %	4.768	263.350	(7.173)	(61.766)	199.179	(16.502)

(c) Movimentações

	Controladora	
	2022	2021
Em 1º de janeiro	229.681	-
Aumento de capital em controladas (i)	69.314	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2.945)	-
Ajuste de anos anteriores nas investidas (ii)	(2.907)	-
Em 31 de dezembro	<u>63.462</u>	<u>229.681</u>

(i) Aumento de capital ocorrido no decorrer do ano de 2023

(ii) O saldo apontado refere-se a ajustes realizados na controlada do Grupo.

9 Patrimônio líquido

(a) Capital social e Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia totaliza R\$ 69.314 (R\$ 500 – em 2021 a integralizar).

Após as movimentações do ocorridas no decorrer do ano a posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

Classes de ações	Quantidade de ações	
	2022	2021
Ações Ordinárias Classe A (i)	120	42.649.435
Ações Ordinárias Classe B (ii)	59.709.119	17.059.776

GMT Holding Farm S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021

Ações Preferenciais Série 1 (iii)	59.709.129	59.709.101
Ações Preferenciais Série 2	-	100
	119.418.368	119.418.412

- (i) Cada ação ordinária Classe A terá direito a 1 (um) voto nas matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, incluindo a eleição e destituição de (a) todos os membros do Conselho de Administração, e (b) 1 (um) membro do Conselho Fiscal, com exclusão dos demais membros do Conselho Fiscal que os demais detentores de ações ordinárias têm a prerrogativa de eleger (“Ações Ordinárias Classe A”);
- (ii) Cada ação ordinária Classe B terá direito a 1 (um) voto nas matérias sujeitas a deliberação dos acionistas, exceto pela eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, mas incluindo a eleição e nomeação, em voto separado, de todos os membros do Conselho Fiscal, exceto pelo membro eleito pelos detentores das Ações Ordinárias Classe A (“Ações Ordinárias Classe B” e, em conjunto com as Ações Ordinárias Classe A, doravante denominadas “Ações Ordinárias”). Os detentores das Ações Ordinárias Classe B poderão converter as respectivas Ações Ordinárias Classe B em Ações Ordinárias Classe A, na relação de uma para uma, a qualquer tempo, por meio de notificação por escrito à Companhia. A taxa de conversão das Ações Ordinárias Classe B deverá ser automaticamente ajustada para preservar o interesse econômico das Ações Ordinárias Classe B no evento de desdobramento, grupamento, dividendo em ações ou qualquer evento semelhante que afete as Ações ordinárias Classe A de forma desproporcional.
- (iii) As ações preferenciais (“Ações Preferenciais” e, em conjunto com as Ações Ordinárias, simplesmente referidas como “Ações”) não terão direito a voto e conferirão aos seus titulares prioridade em relação aos dividendos atribuíveis às Ações Ordinárias, de modo que cada Ação Preferencial receba o equivalente a 10 (dez) vezes os dividendos atribuíveis a cada Ação Ordinária, de acordo com o Artigo 17, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. As Ações Preferenciais também terão preferência em caso de liquidação da Companhia, hipótese em que cada Ação Preferencial fará jus a 10 (dez) vezes os haveres atribuíveis a cada Ação Ordinária. Os acionistas detentores de Ações Preferenciais poderão converter a qualquer momento suas Ações Preferenciais em Ações Ordinárias Classe A ou Ações Ordinárias Classe B, na razão de um para dez (1 Ação Preferencial = 10 Ações Ordinárias), por notificação por escrito à Companhia, a seu critério.

10 Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	2022	2021
Serviços de terceiros	(782)	-
Taxas e tributos	(72)	-
	(854)	-

11 Resultado financeiro

	Controladora	
	2022	2021
Despesa financeira		
Juros financeiros	(1.003)	-
Varição cambial	-	-
Outras despesas financeiras	(253)	-
	(1.255)	(2.496)
Receita Financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.527	-
	1.527	-
	(271)	(2.041)

12 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do ativo diferido

	Controladora	
	2022	2021
Ágio na aquisição de investimentos	13.544	-
	13.544	-

13 Contingências

A Companhia não possui registros de passivos contingentes ou pleitos judiciais onde a expectativa de perda seja considerada provável ou possível.

Agro Ltda que passa a ser uma de suas filias. Evento semelhante ocorreu com a Fazenda Sequoia Bahia ao incorporar a Fazenda Bela Vista Ltda.

Ainda em 28 de fevereiro de 2023 controlada Fazenda Bela Vista teve um aumento de capital de R\$ 3.000 em 17 de Fevereiro de 2023.

Em 01 de março de 2023 foi arquivado e protocolado em junta Atas tratando da saída da participação da Montesanto Tavares Group Participações S.A das Fazendas.